



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
Secretaria de Competitividade e Política Regulatória
Departamento de Política de Propriedade Intelectual e Infraestrutura da Qualidade
Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual

ATA DE REUNIÃO

1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2024 DO GRUPO INTERMINISTERIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL – GIPI, realizada em 11 de junho de 2024, às 10:00, em ambiente híbrido presencial (Bloco K, Salão Nobre) /virtual.

PAUTA

1. Apresentação de Relatório de Conclusão do Plano de Ação 2021-2023
2. Apresentação do Relatório de Monitoramento do Plano de Ação 2023-2025 (período de execução de novembro/2023 a maio/2024)
3. Atualizações sobre os Grupos Técnicos de PI e Sustentabilidade, e de PI e Inovação, Indústria e Educação
4. Apresentação de proposta para mapeamento de dados de contenciosos de PI no Judiciário
5. Informe sobre a conclusão da Conferência Diplomática sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados
6. Informes gerais

ATA

1. Abertura da Reunião

Abertura da 1ª reunião ordinária de 2024 pela Presidente do GIPI e Secretária de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Andrea Pereira Macera, dando as boas-vindas aos membros do Grupo e aos demais presentes, autoridades e representantes das instituições da sociedade civil.

A Secretária informou que foi publicada PORTARIA SE/MDIC Nº 148, DE 17 DE MAIO DE 2024, designando novos representantes de membros do GIPI. Após a publicação recebemos comunicação do Ministério da Defesa solicitando alteração do representante titular anteriormente indicado. Será feita essa atualização da representação do MD quando da elaboração de uma próxima portaria para atualização das representações.

Explicou que essa reunião se realiza seis meses após o início da execução do Plano de Ação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual para o biênio de 2023-2025 e visa, principalmente, a compartilhar os resultados alcançados e os desafios enfrentados até o momento. Destacou alguns indicadores relevantes para a ENPI que apontam alguns avanços alcançados nestes últimos anos. Sugeriu que se trabalhe conjuntamente para aprimorar a implementação do Plano. Adiantou que no segundo semestre, será dado início ao processo de revisão do Plano e o aprendizado acumulado até então é importante para que se possa revisá-lo.

Informou a pauta da reunião - apresentação: a) dos resultados do Plano de Ação 2021-2023; b) do relatório de monitoramento do Plano de Ação 2023-2025, período de execução de novembro/23 a maio/24; c) de minutas de planos de trabalhos dos Grupos Técnico de PI e Inovação, Indústria e Educação, e de PI e Sustentabilidade, recém instituídos; d) da conclusão da Conferência Diplomática sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados; e e) de painel interativo de dados de contenciosos de PI no Judiciário.

Houve uma alteração na ordem da pauta, a pedido do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para Informe sobre a conclusão da Conferência Diplomática sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados, a ser feito diretamente de Genebra pelo Embaixador Guilherme Patriota que presidiu a Conferência Diplomática, como primeiro ponto da pauta.

2. Informe sobre a conclusão da Conferência Diplomática sobre Propriedade Intelectual

O Embaixador informou sobre a conclusão da Conferência Diplomática, com a adoção por consenso, por 176 países, e assinatura imediata, por parte de 29 países, do "Tratado da OMPI sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos, e Conhecimentos Tradicionais Associados. O resultado exitoso foi obtido a partir de esforço conjunto, com base nos trabalhos na Presidência da Conferência Diplomática, na coordenação do Brasil à frente do GRULAC, bem como da firme atuação em capacidade nacional, em articulação permanente com o grupo de representantes indígenas brasileiros. O novo instrumento internacional inova ao prever, pela primeira vez no sistema de propriedade intelectual, um requisito obrigatório de divulgação de acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, somado a conjunto estruturado de sanções. Sua entrada em vigor está prevista para ocorrer após 15 estados partes terem depositado o instrumento de ratificação.

O Presidente do INPI, Júlio César Castelo Branco, reforçou as palavras do Embaixador e enalteceu sua liderança no processo de aprovação do Tratado, devido à sua competência e qualidade técnica, agradecendo a ele toda sua dedicação.

Henry Novion, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), comentou que a aprovação do Tratado é um marco histórico e é impossível dissociar esse sucesso do empenho e da atuação da delegação brasileira. Agradeceu ao empenho da delegação brasileira, e fez uma menção especial ao trabalho do Embaixador Patriota, que foi fundamental para o sucesso desse Acordo. Disse que se não fosse a liderança brasileira dificilmente teríamos um acordo.

3. Apresentação de Relatório de Conclusão do Plano de Ação 2021-2023

Miguel Carvalho, da CGPI/MDIC, apresentou o Relatório de Conclusão do Plano de Ação 2021-2023. Disse que a execução do Plano 2021-2023 foi a seguinte: 47% concluídas, 45% parcialmente concluídas e 8% não iniciadas. Agradeceu o engajamento e o espírito colaborativo de todos os órgãos que contribuíram para a execução das atividades previstas no primeiro Plano de Ação da ENPI, especialmente ao INPI, SEBRAE, MRE MJSP e MCTI. Disse que após a reunião de hoje, iria compartilhar minuta do relatório de conclusão do Plano de Ação 2021-2023 para comentários e contribuições dos participantes. Esse relatório visa a somente apresentar ao público o nível de execução das atividades previstas e comunicar as entregas realizadas para a sociedade. Afirmou ainda que será elaborado relatório de avaliação de resultados alcançados após 24 meses de implementação da ENPI, considerando o Plano de Ação 2021-2023.

4. Apresentação do Relatório de Monitoramento do Plano de Ação 2023-2025 (período de execução de novembro/2023 a maio/2024)

Natália Ruschel e Vivianne Banasiak, da CGPI/MDIC, apresentaram a Execução do Plano 2023-2025: com 14% concluído (23 entregas); 46% dentro do prazo previsto (74 entregas) - farol verde; 6% (10 entregas) farol amarelo execução abaixo de 95% do previsto e acima de 75%; 34% (55 entregas) farol vermelho - nível de execução abaixo de 75% do previsto.

Em síntese, Natália Ruschel destacou que a diferença desse segundo plano de ação é que agora existem melhores diretrizes e missões da política industrial, decorrentes da Nova Indústria Brasil (NIB), e que a propriedade intelectual não é um fim em si mesma, e agora há como preenchê-la com prioridades, com temas e missões para focar nos projetos. Funciona como um norte para priorizar ações dentro da própria estratégia nacional (ENPI). Enfatizou a transferência de tecnologia e a propriedade intelectual como instrumentos da NIB. Vivianne Banasiak afirmou que no geral a execução está dentro do prazo: 34% previsto e 35% realizado, passados seis meses do início da sua execução. Lembrou que a elaboração deste Plano de Ação, com a previsão e planejamento de 161 entregas, foi um grande desafio em meio à mudança de governo, reorganização de ministérios e troca de equipes e chefias. Instituições da Sociedade Civil também passaram a ser coordenadoras de entregas a partir deste Plano.

Alguns pontos focais compartilharam experiências na execução das entregas deste Plano de Ação. Fernando Cassibi (CGPI/MDIC) falou sobre Entrega para o Eixo 4, Ação 1.2 - Realização do evento "Diálogo sobre regulamentação de patentes de biotecnologia" e destacou o lançamento do estudo de benchmarking internacional sobre o tema, com apoio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), MDIC e UE. Daniel de Souza (presidente da ASPI) apresentou Entrega para o Eixo 5, Ação 1.5 - a realização de cursos direcionados à especialização dos magistrados e peritos judiciais, visando qualificar as decisões judiciais e perícias em demandas relacionadas à violação de direitos de propriedade industrial. Rafaela Guerrante do INPI apresentou Entregas para o Eixo 2, Ação 4.5 - realização de dois projetos-pilotos de mentoria para mulheres no âmbito do "Programa-piloto de Mentoria em PI" (PMPI); Realização do evento "Inclusão e Propriedade Industrial"; Realização do evento "Negros e Negras na Propriedade Industrial"; Realização da exposição "Afro-Raízes da Propriedade Industrial", no INPI. Marcelo Pereira do INPI apresentou Entrega para o Eixo 3, Ação 1.17 - implantação do Sistema IPAS da OMPI para gestão e automação dos macroprocessos de desenhos industriais.

5. Apresentação das minutas dos planos de trabalho dos Grupos Técnicos de PI e Sustentabilidade, e de PI e Inovação, Indústria e Educação

Natália Ruschel e Fernando Cassibi apresentaram as minutas dos planos de trabalho dos Grupos Técnicos (GT) de PI e Sustentabilidade e de PI e Inovação, Indústria e Educação. Ambos os grupos tiveram suas resoluções publicadas, respectivamente Resolução GIPI 10 e 9, no dia 24 de maio, e entraram em vigor dia 03 de junho. Reuniões preparatórias têm ocorrido para apresentação inicial dos membros e elaboração dos planos de trabalho, que deverá ser encaminhado ao GIPI em até 30 dias da entrada em vigor das Resoluções. Foi ressaltado que os membros de cada GT deverão indicar seus pontos focais o quanto antes, para que possam participar ativamente da elaboração do Plano de Trabalho e para que possa ser publicada Portaria com as nomeações. Dada a amplitude do escopo de cada grupo, a indicação dos pontos focais não impede que o membro envie outros representantes especialistas para determinadas reuniões temáticas. Por fim, foi enfatizado pela Diretora Juliana Ghizzi que a motivação para a criação destes grupos foi exatamente a necessidade de trabalhar a governança em torno de temas e projetos tão amplos e ao mesmo tempo tão sinérgicos entre diferentes ministérios e atores privados.

6. Apresentação de painel interativo de dados de contenciosos de PI no Judiciário

Tomás Junqueira de Camargo (JusBrasil) apresentou painel interativo sobre contenciosos de PI no Judiciário brasileiro, uma das entregas previstas no Plano de Ação 2023-2025 da ENPI, coordenada pela Juíza Caroline Tauk. Considerando-se que o Brasil não possui tribunais especializados em PI, os contenciosos judiciais que envolvem o tema não estão centralizados e o perfil quantitativo e qualitativo destes contenciosos é desconhecido. O painel preliminar apresentado é o resultado deste mapeamento dos contenciosos de PI para que o Estado brasileiro conheça o perfil dos casos de litigância em PI no Judiciário, a fim de diagnosticar eventuais questões de segurança jurídica, de dimensionar o impacto econômico das disputas, bem como o uso pelo setor privado do sistema de PI, o número de questionamentos judiciais relacionado aos serviços do INPI, e tantas outras finalidades para direcionar políticas públicas.

Representante da ABPI, Luiz Edgard Montauray Pimenta, observou a importância de considerar os processos que estão em segredo de justiça e que seria válido um esforço, aproveitando o contexto, para avaliar a possibilidade de reduzir o segredo de justiça em processos inteiros, buscando a confidencialidade de determinados documentos apenas, para que se tenha mais acesso à informação qualitativa dos processos sem prejuízo dos documentos estritamente confidenciais em segredo de justiça. Em resposta, representante do MDIC disse que passaria a preocupação à Dra. Caroline Tauk para eventual encaminhamento.

7. Informes Gerais

Juliana Ghizzi Pires, Diretora de Propriedade Intelectual e Infraestrutura da Qualidade e Secretária-Executiva do GIPI, apresentou os informes gerais, conforme segue:

I) Falou do novo processo para habilitação de instituições da sociedade civil no GIPI. Disse que existe a expectativa de abrir chamada para candidaturas no início de agosto. Destacou que a chamada será publicada na página de PI do governo (gov.br/propriedade-intelectual).

II) Sobre a atualização do Plano de Ação 2023-2025, disse que a cada 12 meses de implementação do Plano de Ação, é permitida uma revisão para que as entregas sejam revisadas, novas entregas sejam incluídas e, eventualmente, que alguma entrega seja excluída (mediante justificativa). Esse processo de revisão do Plano de Ação deve também ser iniciado em agosto próximo.

III) Sobre a Celebração de ACTs para implementação da ENPI, disse que o GIPI e o MDIC foram procurado por algumas instituições com as quais cooperam para a celebração de ACTs no âmbito da execução da ENPI, e solicitou que aqueles que tiverem interesse entrem em contato com Secretaria Executiva do GIPI.

IV) Sobre as Atividades do Grupo Técnico de Inteligência em Propriedade Industrial, foi informado que está em fase de conclusão o primeiro estudo do GTIPI sobre anticorpos monoclonais para tratamento de câncer de mama. A previsão é de entrega ao final de junho. Além disso, paralelamente, informou que foi iniciado estudo sobre tecnologias para produção de baterias.

V) Sobre a Tramitação do PL 2210/2022, informou que o substitutivo ao PL 2210 foi aprovado na CRED e atualmente está na CCT do Senado Federal. O objetivo do PL é desburocratizar e simplificar o processamento de pedidos de patentes e marca para agilizar o exame destes pelo INPI, sem prejuízo da qualidade do exame e dos direitos dos usuários, razão pela qual o governo apoia a proposta em tramitação no Congresso.

Denise Pereira (MCTI) complementou ao abordar um processo de amplo debate preparatório para a V Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, realizado nos 26 estados mais o Distrito Federal, com diversas conferências regionais. Reforçou a importância da participação de todos para que se tenha a ciência, tecnologia e inovação para um Brasil justo, sustentável e desenvolvido, convidando a todos para a V Conferência a ser realizada em Brasília nos dias 30 e 31 de julho e 1 de agosto.

Júlio Moreira (Presidente do INPI) enalteceu as conferências livres, e a importância de levar o tema da propriedade industrial para dentro do MCTI. Acredita que se está diante de um projeto abrangente e que será possível conseguir levar a termo as ações a que se propõe.

8. Encerramento

A Presidente do GIPI, Secretária Andrea Macera, agradeceu novamente a presença de todos e declarou encerrada a reunião.

Anexos

1. Lista de Presença;
2. Apresentação Secretaria-Executiva do GIPI.

JULIANA GHIZZI PIRES

Secretária-Executiva do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual

-----X-----

ANEXO 1 – LISTA DE PRESENÇA

MEMBROS (GOVERNO) DO GIPI

NOME	ÓRGÃO
Andrea Pereira Macera	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Juliana Ghizzi Pires	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
Bruno de Carvalho Duarte	Casa Civil/PR
Cristiane Landerdahl de Albuquerque	Presidência da República/Casa Civil (PR/CC)
Alexandre Martins Angoti	Ministério da Fazenda (MF/RFB)
Andrey Lucas Macedo Correa	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP/CNCP)
Natália Barbosa Gonçalves Sampaio	Ministério da Cultura (MINC/SDAI)
Leonardo dos Reis Santana	Ministério das Relações Exteriores (MRE/SPTC)
Denise de Almeida Pereira	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
César Simas Teles	Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)
Rafael Aquino dos Santos	Ministério da Defesa (MD)

PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO
Alessandro de Orlando Maia Pinheiro	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Alexandre Lopes Lourenço	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Ana Carolina Almeida	Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI)
Ana Carolina de Andrade Lima Orlandi	Não identificado
Ana Claudia Oliveira	Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA)
Ana Lúcia Vitale Torkomian	Associação Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC)
Anderson Marcio de Oliveira	Ministro de Minas e Energia (MME)

Antonio Correa	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Arthur Guimarães Carneiro	SEBRAE
Bianca de Oliveira Ruskowski	Ministério da Educação (MEC/SETEC)
Branca Cicci Zuardi	Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (INTERFARMA)
Bruna Oliveira	Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA)
Camila Chaves Santos	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Carlos Mauricio Ardissonne	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Cláudio Picanço Magalhães	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Christiano dos Santos Timbó	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Daniel Adensohn de Souza	Associação Paulista da Propriedade Intelectual (ASPI)
Eduardo Bemfica	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Eduardo Hallak	International Chamber of Commerce (ICC Brasil)
Evelyn Roboredo Almeida	Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI)
Felipe Mangini Correa	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC/SCPR)
Felipe Senna	Motion Picture Association America Latina (MPA-AL)
Fernando Cassibi de Souza	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC/SCPR)
Gabriel Di Blasi	Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial (ABAPI)
Gabriel Leonardos	Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI)
Gustavo de Freitas Moraes	Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial (ABAPI)
Janaina da Silva Stein	Confederação Nacional da Indústria (CNI)
João Pedro Valentim Bastos	Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA)]
Júlia Paranhos de Macedo Pinto	Associação Brasileira de Economia Industrial e Inovação (ABEIN)
Júlio César Castelo Branco Reis Moreira	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Jussanã Cristina de Abreu	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Laura Carvalho	Seção Judiciária do Rio de Janeiro, Juíza Federal
Leonardo Minaré Braúna	Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA)
Leopoldo Coutinho	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Luciene Ferreira Gaspar Amaral	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC/SEV)
Luiz Edgard Montauray Pimenta	Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI)
Luiza Novetti Velloso	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC/ASCOM)
Marcelo Pereira	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Márcia Maria Nunes de Barros	Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2)
Maria Eduarda Callai Negri	Associação Brasileira dos Agentes da Propriedade Industrial (ABAPI)
Maria Luiza Barros da Silveira	Croplife Brasil
Maria do Perpétuo Socorro de Lima Verde Coelho	Associação Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC)
Mariana Ramos Reis Gaete	Ministério da Educação (MEC/SESU)
Matheus Victor de Oliveira Gonçalves	Não identificado
Miguel Campo Dall Orto Emery de Carvalho	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC/SCPR)
Milene Dantas	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Natália Semeria Ruschel	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC/SCPR)
Nathália Finazzi Camacho	Não identificado
Pablo Meneghel Martinez	Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biossimilares (PRÓGENÉRICOS)
Patricia Fernandes de Carvalho	Confederação Nacional da Indústria (CNI)
Paula Ribeiro Soares	Confederação Nacional da Indústria (CNI)
Paulo Bianco	Daniel Law
Paulo Sérgio Bretas de Almeida Salles	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC/SEV)
Pedro Burlandy	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Rafaela Guerrante	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Rainieri Ramos	Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2)
Renata Lisboa	Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI)
Ricardo Carvalho Rodrigues	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Ricardo Lobato Torres	Associação Brasileira de Economia Industrial e Inovação (ABEIN)
Rosana Miguel Messias Mastellaro	Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (SINDUSFARMA)
Samantha Magalhães	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Soraya Imbassahy de Mello	Associação Paulista da Propriedade Intelectual (ASPI)
Stenio Moraes Gonçalves	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC/SCPR)
Tatiana de Macedo Nogueira Lima	Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)
Tawany Alves	Grupo FarmaBrasil
Thais Scoralich	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
Tiago dos Santos Pereira	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
Tomas Junqueira de Camargo	JusBrasil
Vivianne Cardoso Banasiak	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC/SCPR)



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Ghizzi Pires, Diretor(a)**, em 06/08/2024, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **43093453** e o código CRC **456F9A01**.